



**BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/ME 45.987.245/0001-92  
NIRE 35.300.185.366

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

---

**29 de março de 2023**

---

**BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/ME 45.987.245/0001-92  
NIRE 35.300.185.366

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

A administração da Bahema Educação S.A. ("Bahema" ou "Companhia"), conforme Edital de Convocação divulgado nos termos da legislação aplicável, submete à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") relacionada às matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 10h30, de forma presencial na sede da Companhia, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**: **(i)** deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: **(a)** alteração dos Arts. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 ("Plano 2022"); e ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017, conforme aditado ("Plano 2017"); **(b)** alteração do Art. 17, "I" do Estatuto Social a fim de esclarecer quais transações devem ser avaliadas e deliberadas pelo Conselho de Administração; e **(c)** alteração do Art. 30 a fim de extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal; e **(ii)** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações descritas no item (i).

Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral: **(i)** presencialmente, comparecendo pessoalmente ou por meio de seus representantes legais; ou **(ii)** por meio do boletim de voto a distância ("Boletim"), de acordo com as instruções para preenchimento e envio detalhadas no próprio Boletim e na presente Proposta.

A Administração esclarece que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral acompanham a presente Proposta e foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, encontrando-se à disposição de V.Sas. através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([http://www.b3.com.br/pt\\_br](http://www.b3.com.br/pt_br)) e da própria Companhia ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)).

Considerando o interesse da Companhia, a Administração da Companhia vem apresentar as seguintes informações e recomendações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral:

**I. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

**1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:**

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2022, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pelos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nessa data e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu website ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)) e nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([http://www.b3.com.br/pt\\_br](http://www.b3.com.br/pt_br)). Nos termos da Resolução CVM 166/2022, a Companhia é considerada companhia aberta de menor porte e, portanto, está dispensada da publicação em jornal de grande circulação.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Exercício de 2022”), acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e dos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, de acordo com o item 2 do formulário de referência, nos termos do Anexo I à presente Proposta, conforme exigido pelo Art. 10 da Resolução CVM 81/2022.

**2. Deliberar sobre a Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:**

Com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no referido exercício social no valor de R\$ 109.421.478,88.

Assim, em razão de a Companhia ter apurado prejuízo no exercício de 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas, nos termos do Art. 201 da LSA. Por esta razão, não está sendo apresentado o Anexo A da Resolução CVM 81/2022.

**3. Deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023:**

Nos termos do Art. 13, da Resolução CVM 81/22, a administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 seja de até R\$ 3.900.000,00, contra R\$ 2.763.949,33 efetivamente realizados no exercício social de 2022.

Referidos valores incluem os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios e remuneração baseada em ações reconhecidos no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração a fixação das remunerações individuais e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e benefícios de qualquer natureza, conforme Art. 152 da LSA.

A administração da Companhia esclarece, ainda, que a remuneração global anual dos administradores da Companhia foi determinada em função da grande experiência dos administradores e do alto grau de conhecimento exigido em relação às atividades e operações da Companhia. Foi considerada, adicionalmente, a sólida reputação dos administradores no mercado, assim como a necessidade de manutenção e valorização de talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

Adicionalmente, nos termos do Art. 13, II, da Resolução CVM 81/22, as informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência estão contempladas no **Anexo II** à presente Proposta.

## **II. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

**1. Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) alteração dos Arts. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social para refletir os aumentos do capital social aprovados pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 (“Plano 2022”); e ao exercício de opções outorgadas aos participantes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Ordinárias de Emissão da Bahema S.A., aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017, conforme aditado (“Plano 2017”); (b) alteração do Art. 17, “I” do Estatuto Social a fim de esclarecer quais transações devem ser avaliadas e deliberadas pelo Conselho de Administração; e (c) alteração do Art. 30 a fim de extinguir os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal.**

A Administração da Companhia propõe a alteração do *caput* do Art. 5º e do Art. 8º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos do capital social e emissão de novas ações aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, conforme segue:

- Em 30 de junho de 2022, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 1.551.111,66 (um milhão, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e onze reais e sessenta e seis centavos), mediante a emissão de 92.659 (noventa e duas mil, seiscentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano 2022, passando o capital social a ser de R\$ 324.747.350,25 (trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e sete

mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), dividido em 23.778.724 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro) ações ordinárias. O preço de emissão das ações ordinárias foi fixado de acordo com o Programa de Outorga de Ações da Companhia para o exercício de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de junho de 2022, correspondendo a R\$ 16,74 (dezesseis reais e setenta e quatro centavos) para cada ação da Companhia emitida no âmbito do Programa.

- Em 30 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 803.284,00 (oitocentos e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais), mediante a emissão de 119.000 (cento e dezenove mil) ações ordinárias, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos participantes do Plano 2017, passando o capital social a ser de R\$ 325.550.634,25 (trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 23.897.724 (vinte e três milhões, oitocentas e noventa e sete mil, setecentas e vinte e quatro) ações ordinárias. O preço de emissão das ações foi fixado de acordo com os Contratos de Adesão ao Primeiro Programa de Opções da Bahema S.A., firmados individualmente com cada beneficiário, conforme aditados, e ajustado pelo desdobramento de 1 (uma) ação ordinária para 5 (cinco) ações ordinárias aprovado assembleia geral extraordinária de 18 de agosto de 2021, correspondendo a R\$ 6,440 para cada uma de 68.000 (sessenta e oito mil) ações e R\$ 7,164 para cada uma de 51.000 (cinquenta e um mil) ações.

Assim sendo, e em observância ao Art. 12 da Resolução CVM 81/22, segue, abaixo, o relatório que detalha a origem e justificativa da reforma proposta, analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos:

<b>Atual Redação do Estatuto Social</b>	<b>Reforma Proposta ao Estatuto Social</b>
<p>Art. 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 323.196.238,59 (trezentos e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.686.065 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Art. 5º - O capital social da Companhia é de <del>R\$ 323.196.238,59 (trezentos e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos)</del> R\$ 325.550.634,25 (trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em <del>23.686.065 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e sessenta e cinco)</del> 23.897.724 (vinte e três milhões, oitocentas e noventa e sete mil, setecentas e vinte e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>
<p>Art. 8º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de</p>	<p>Art. 8º - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de</p>

<p>48.000.000 (quarenta e oito milhões) de ações, ou seja, 24.313.935 (vinte e quatro milhões, trezentos e treze mil, novecentos e trinta e cinco) ações adicionais, nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.</p>	<p>48.000.000 (quarenta e oito milhões) de ações, ou seja, <del>24.313.935 (vinte e quatro milhões, trezentos e treze mil, novecentos e trinta e cinco)</del> 24.102.276 (vinte e quatro milhões, cento e duas mil, duzentas e setenta e seis) ações adicionais, nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.</p>
<p><b>Justificativa e Impacto:</b> Alteração do dispositivo estatutário para refletir o capital atualizado da Companhia, tendo em vista os aumentos de capital e emissão de novas ações aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em 30 de junho de 2022 e 30 de novembro de 2022. Os aumentos de capital e emissão de novas ações foram regularmente aprovados a fim de atender ao exercício de opções sob o Plano 2017 e sob o Plano 2022. A administração considera pertinente e oportuna a alteração do <i>caput</i> do Art. 5º e do Art. 8º para refletir o capital atualizado da Companhia.</p>	

Atual Redação do Estatuto Social	Reforma Proposta ao Estatuto Social
<p>Art. 17 - <i>Compete ao Conselho de Administração: (...)</i></p> <p><i>l. deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos de tais acionistas da Companhia observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse; e</i></p>	<p>Art. 17 - <i>Compete ao Conselho de Administração: (...)</i></p> <p><i>l. deliberar sobre a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas e, de outro lado, os acionistas da Companhia que sejam parte relacionada da Companhia nos termos da legislação aplicável e/ou sociedades controladas, coligadas ou controladoras dos de tais acionistas da Companhia que sejam parte relacionada da Companhia nos termos da legislação aplicável, observado, em qualquer hipótese, o impedimento de voto de conselheiro eventualmente em situação de conflito de interesse; e</i></p>
<p><b>Justificativa e Impacto:</b> Deixar claro que apenas transações entre a Companhia e/ou suas controladas, de um lado, e, de outro lado, acionistas da Companhia que sejam considerados parte relacionada devem passar pelo Conselho de Administração, em observância à legislação aplicável e à Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de junho de 2022.</p>	

Atual Redação do Estatuto Social	Reforma Proposta ao Estatuto Social
----------------------------------	-------------------------------------

*Art. 30 - A Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com as disposições da lei, sendo permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá início na data de sua eleição e terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente.*

*Art. 30 - A Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e ~~respectivos suplentes~~, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com as disposições da lei, sendo permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá início na data de sua eleição e terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente.*

**Justificativa e Impacto:** Extinguir o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal, para manter a uniformidade com a extinção do cargo de membro suplente do Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2021.

**BAHEMA EDUCAÇÃO S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/ME 45.987.245/0001-92  
NIRE 35.300.185.366

## **ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL**

Poderão participar da Assembleia Geral todos os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do Art. 126, II, da LSA. A participação dos acionistas na Assembleia Geral poderá se dar **(i)** presencialmente, comparecendo pessoalmente ou por meio de seus representantes legais; ou **(ii)** por meio do Boletim, conforme detalhado abaixo.

Os tópicos seguintes deste manual para participação de acionistas na Assembleia Geral (“Manual”) descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na Assembleia.

### **1. Participação presencial:**

O acionista que opte por participar da Assembleia Geral presencialmente poderá fazê-lo pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, devendo observar, nesse último caso, as instruções constantes do item 1.1 abaixo.

Para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus respectivos representantes legais deverão apresentar, conforme sejam pessoas físicas, jurídicas ou fundos de investimentos, versões originais ou cópias dos seguintes documentos:

- (i) pessoa física: documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- (ii) pessoa jurídica: documento de identificação com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ata de eleição de diretoria ou da administração);
- (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: documento de identificação com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica.

Para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da

Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos seus acionistas que depositem os mencionados documentos para participação (inclusive o extrato comprovação de posição acionária) na sede da Companhia até **25 de abril de 2023**.

Não obstante, nos termos da Resolução CVM 81/2022, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

#### **1.1. Orientações para participação por meio de procurador:**

O acionista que seja pessoa física que não puder comparecer à Assembleia Geral poderá, nos termos do Art. 126, §1º da LSA, ser representado por procurador, constituído há menos de 1 ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia. Nesse caso, além dos documentos mencionados no item 1 acima, deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que comparecerá(ão) à Assembleia Geral.

Acionistas que sejam pessoas jurídicas ou fundos de investimento poderão ser representados por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que não acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578). A documentação societária deverá comprovar os poderes dos representantes legais que outorgam a procuração em nome da pessoa jurídica ou fundo de investimento, conforme aplicável.

Quando o Acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos no item 1. A Companhia solicita que tais documentos também sejam depositados na sede da Companhia até dia **25 de abril de 2023**, sendo que o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos mencionados acima até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

#### **2. Participação por meio de boletim de voto a distância:**

Conforme Resolução CVM 81/22, o acionista poderá encaminhar instrução de voto a distância para a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral mediante o preenchimento e a entrega do Boletim disponibilizado pela Companhia, nesta data, no seu website ([www.bahema.com.br](http://www.bahema.com.br)), bem como nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia Geral das seguintes maneiras:

- (i) diretamente à Companhia;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou
- (iii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador.

*- Envio Direto à Companhia:*

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos de identidade e de comprovação de poderes e titularidade de suas ações descritos no item 1 acima, sendo obrigatória a remessa da documentação original do Boletim e da cópia de toda a documentação aqui indicada.

*- Envio Por Intermédio de Prestadores de Serviços:*

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou para a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de ações, no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central, observadas as regras e prazos por esses determinados.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com a Itaú Corretora de Valores S.A., conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

Serão **desconsideradas** instruções de voto conflitantes, assim entendidas aquelas provenientes de um mesmo acionista que, em relação a uma mesma deliberação, tenha votado em sentidos distintos em instruções de voto entregues por prestadores de serviços diferentes.

Em qualquer dessas hipóteses (envio direto à Companhia ou por intermédio de prestadores de serviço), o Boletim, acompanhado da respectiva documentação, deverá ser recebido pela Companhia em plena ordem em até, no máximo, 7 dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, **até dia 21 de abril de 2023**. Para que o Boletim seja considerado válido é imprescindível que (i) seus campos estejam devidamente preenchidos; e (ii) ao final, o acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, tenha assinado o Boletim.

Eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

### **3. Orientações Adicionais:**

Não poderá participar da Assembleia Geral o acionista que não apresentar, antes do início dos trabalhos, os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme indicado no item 1 acima.

Desde que o respectivo Boletim seja considerado válido pela Companhia, o acionista que decidir votar à distância será considerado presente para todos os efeitos da LSA.

Durante o prazo de votação à distância, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes julgar necessário, prevalecendo aquela da qual constar, validamente, a data mais próxima à data de realização da Assembleia Geral.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo agente escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo agente escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido Boletim enviado diretamente à Companhia.

A equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral através dos seguintes canais de comunicação:

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656 - 9º andar - cj 9A  
Jd. Paulistano - São Paulo - SP- Brasil - CEP: 01451-001  
Telefone: (55 11) 3081-7142  
E-mail: [ri@bahema.com.br](mailto:ri@bahema.com.br)

\*\*\*

**ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRA A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA - ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME RESOLUÇÃO CVM 80/2022.**

**2. Comentários dos diretores**

**2.1. Os diretores devem comentar sobre:**

Os comentários apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Durante o ano de 2022, a Companhia deu prosseguimento ao plano de adaptar sua estrutura de capital, com a conversão automática de R\$68,5 milhões de debêntures o exercício de bônus de subscrição no valor de R\$46,0 milhões e o aporte de R\$2,3 milhões de diretores referentes aos planos de opções e de matching em aberto. Isso totalizou um aumento do capital social de R\$116,9 milhões.

Em contrapartida, a Companhia apresentou um prejuízo excluindo minoritários de R\$109,4 milhões, reflexo tanto de efeitos contábeis de ajustes nas operações das escolas premium (baixa de imobilizado, amortizações de mais valia das aquisições, ajustes nos preços de exercício das opções) como do resultado operacional negativo da Escola Mais, uma operação ainda em fase de investimento e maturação e que precisa crescer para apresentar rentabilidade. Isso teve um impacto negativo no patrimônio líquido da Companhia, que sofreu uma redução de 49%, chegando a R\$70,8 milhões.

A Companhia também aumentou seus níveis de endividamento bancários ao longo do ano para fazer frente aos investimentos realizados nas escolas, especialmente ao crescimento e suporte da operação da Escola Mais, e para quitar parcelas referentes à aquisição delas. Em janeiro, fizemos a emissão de R\$75,0 milhões em notas comerciais por uma subsidiária, com prazo total de cinco anos. Também foram emitidas novas dívidas ao longo do ano, na sua maioria com vencimento em 2023, num valor próximo a R\$85,0 milhões.

**b) estrutura de capital**

A Administração da Companhia entende que o nível de alavancagem atual é alto e penaliza seus acionistas, especialmente em função do aumento da taxa de juros que aconteceu ao longo de 2022 e que afetou substancialmente suas despesas financeiras. Em função disso, desde o segundo semestre do ano passado, estamos trabalhando em duas frentes: (i) alternativas de capitalização primária, tanto em nossa holding quanto diretamente em um dos nossos dois segmentos de atuação e (ii) na venda de ativos operacionais, por meio de operações de *sale & leaseback* por exemplo, e não operacionais. Esse processo está em andamento e esperamos concluí-lo ao longo do ano de 2023.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia não apresentou qualquer problema de pagamento dos seus compromissos financeiros ao longo de 2022. A captação parcial dos bônus de subscrição e a tomada de dívidas ao longo do ano permitiu o pagamento de todas as obrigações, inclusive as obrigações referentes as parcelas de aquisição das escolas, que foram reduzidas liquidamente em R\$71,9 milhões ao longo do ano.

Na posição consolidada de 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros de liquidez imediata alcançavam R\$ 19,7 milhões. Os compromissos financeiros de curto prazo com bancos eram de R\$ 97,9 milhões e as obrigações assumidas pela compra de participação em escolas somavam o valor de R\$ 5.6 milhões vencendo em 2022.

Em termos de geração operacional de caixa, temos uma contribuição positiva das escolas premium e um consumo de caixa na operação da Escola Mais, que foi projetada para rentabilizar quando atingir uma escala maior, tanto em número de estudantes como de unidades. A situação deve se manter assim em 2023, com uma melhora da contribuição das escolas premium e um consumo menor na Escola Mais.

Para fazer frente às obrigações ao longo de 2023, a Companhia está trabalhando nas duas frentes mencionadas na resposta b) acima e também vem conversando com bancos para a emissão de novas dívidas, rolando uma parte dos vencimentos de 2023.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia possui um capital de giro positivo, já que recebe boa parte das suas receitas de forma antecipada. No início de 2022, 8,3% da receita líquida registrada ao longo do ano já havia sido recebida e estava contabilizada na conta de adiantamento de clientes. O mesmo efeito acontece todo ano, com as famílias contratantes pagando uma anuidade antecipada ou pagando uma primeira parcela para reserva de vaga no ano seguinte. Mesmo no fluxo mensal o capital de giro é positivo, já que as mensalidades são recebidas nos primeiros dias do mês de competência, enquanto o principal componente de custo, a folha salarial, é paga até o 5º dia do mês subsequente.

Para os investimentos em ativos não circulantes, basicamente *capex* para abertura de novas unidades da Escola Mais e *retrofit* de algumas unidades premium e que somaram R\$44,6 milhões ao longo do ano, a Companhia tomou dívidas bancárias conforme explicado acima.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Dados os fluxos mensais de pagamento dos serviços escolares e a geração de caixa operacional de suas controladas indiretas, a Companhia tem a opção de buscar novas fontes de financiamento com instituições bancárias, sejam empréstimos tradicionais ou operações

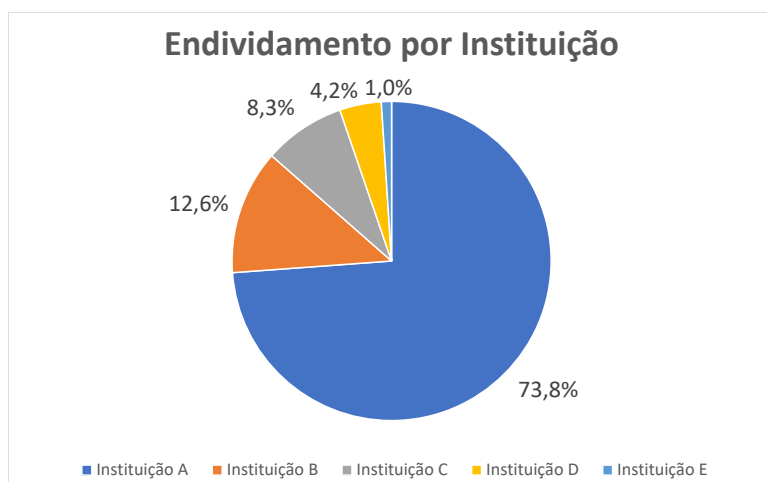
estruturadas de antecipação de recebíveis. Além disso, conforme detalhado nos itens b) e c) acima, a Companhia está trabalhando para reforçar sua estrutura de capital.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:**

A Companhia possuía ao final de 2022 um saldo de endividamento bancário total de R\$187,6 milhões, com 5 instituições distintas (ver distribuição no gráfico abaixo), uma taxa média de 17,04% ao ano, equivalente a CDI + 2,98% ou 124,8% CDI. Do saldo em aberto, 93% eram operações com taxas pós-fixadas e 7% com taxas pré-fixadas. Dentre as operações com taxas pós fixadas, 90% (ou 83,6% do total) era indexadas ao CDI, 9% (ou 8,3% do total) à TJLP e 1,1% (ou 1,0% do total) ao IPCA. As obrigações de curto prazo, com amortização ao longo de 2023, somavam R\$97,9 milhões, com R\$89,7 milhões vencendo a partir de 2024.

A Companhia também possui dívidas de aquisição e contratos de *put option* dos sócios de algumas escolas que somam obrigações de R\$33,4 milhões. A obrigação mais relevante é referente a uma opção de venda contra a Companhia no valor estimado de R\$25,6 milhões, exercível a partir de 2024.

Diretores da Companhia eram devedores solidários em operações de dívida que somavam R\$20,1 milhões ao final de 2022.



**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**

A Companhia emitiu em janeiro de 2022 notas comerciais no valor total de R\$75 milhões, com prazo de 60 meses, sendo 12 meses de carência, e taxa de juros de CDI + 4,25% ao ano.

Em julho de 2022, a Companhia tomou um empréstimo via CCB com o Banco Itau, no valor total de R\$50 milhões, sendo R\$10 milhões destinados diretamente à Escola Mais. Essa dívida possui prazo de 1 ano, com vencimento em julho de 2023 e taxa de CDI + 5,95% ao ano.

Em maio de 2022 a Companhia tomou a primeira parcela (de um total de 4 parcelas) de um empréstimo com a FINEP, empresa publicada ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de R\$7,8 milhões de um contrato total de R\$30 milhões. Tal dívida tem uma característica de taxa de juros incentivada, com spread negativo em relação à TJLP, e foi direcionada para o financiamento do desenvolvimento de conteúdo da Escola Mais. Até o momento, a Companhia já tomou duas parcelas, somando R\$15,7 milhões.

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**

No contrato de distribuição das notas comerciais que emitimos em 2022 com o Banco Itau, assumimos o compromisso de dar preferência ao banco em eventual emissão futura, seja no mercado de dívida ou de *equity*.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas;**

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, porém algumas delas possuem como garantia um fluxo de recebíveis transitando em conta vinculada e que pode ser bloqueado no caso de não cumprimento de *covenants* ou de *default*. As obrigações de circulação de recebíveis somam aproximadamente R\$21 milhões por mês.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Existe um *covenant* de nível de alavancagem de 2,75x o EBITDA 2022 consolidado da Companhia para as notas comerciais emitidas em janeiro de 2022. Além disso, também existe a obrigação de circulação mensal de 25% do saldo devedor das notas comerciais em contas vinculadas, sendo que tal obrigação passa a ser de 30% a partir de setembro de 2023. Também existe uma restrição sobre distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido apurado.

No caso de não cumprimento dessas obrigações, existe uma cláusula de vencimento antecipado das notas comerciais, com a possibilidade de restrição de acesso ao saldo dessas contas vinculadas.

Temos cumprido as obrigações até o momento e renegociando com o detentor das notas eventuais *waivers* de descumprimento.

**g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados (em milhares de reais)**

No final de 2022, não havia limites relevantes de financiamentos aprovados ou contratados. A Companhia está em conversas constantes com os bancos credores para buscar novas alternativas de financiamento ou rolagem dos empréstimos vincendos.

#### h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Conta	2022	2021	Var. %
<b>Receita líquida</b>	357.122	266.668	33,9%
Custos	-213.395	-163.655	30,4%
<u>Lucro bruto</u>	<u>143.727</u>	<u>103.013</u>	39,5%
% da RL	40,2%	28,8%	11,4 pp
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	-105.744	-70.027	51,0%
Despesas com pessoal	-64.145	-35.826	79,0%
Perdas por redução do valor recuperável	-7.227	-2.047	253,1%
Outras receitas/despesas	-14.597	-9.189	58,9%
Equivalência patrimonial	-35	-1.405	-97,5%
<u>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</u>	<u>-48.021</u>	<u>-15.481</u>	210,2%
% da RL	-13,4%	-4,3%	-9,1 pp
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras	8.176	13.986	-41,5%
Despesas financeiras	-63.576	-31.112	104,3%
<u>Resultado financeiro líquido</u>	<u>-55.400</u>	<u>-17.126</u>	<u>223,5%</u>
<u>Prejuízo do Exercício Antes dos Impostos</u>	<u>-103.421</u>	<u>-32.607</u>	<u>217,2%</u>
% da RL	-29,0%	-9,1%	-19,8 pp
Impostos correntes	-5.122	-8.278	-38,1%
Impostos diferidos	-5.525	2.703	-304,4%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>-114.068</b>	<b>-38.182</b>	<b>198,7%</b>
% da RL	-31,9%	-10,7%	-21,2 pp
<b>Atribuído aos acionistas controladores</b>	-109.422	-36.858	196,9%
<b>Atribuído aos acionistas não controladores</b>	-4.646	-1.324	250,6%
Lucro (Prejuízo) básico por ação – R\$	-5,24	-2,92	79,4%
Número de ações do capital social	23.897.724	16.352.035	

A Companhia apresentou uma alteração relevante em praticamente todas as suas linhas de resultado em 2022 em relação ao ano anterior. Isso é resultado da estratégia de crescimento via aquisições, no caso das escolas premium, ou de abertura de novas unidades, no caso da Escola Mais. A receita líquida teve um aumento contábil de 33,9% decorrente desse fator.

Com a maturação e maior ocupação das unidades da Escola Mais e com a consolidação no nosso

balanço pelo ano todo de escolas com margens melhores, tivemos uma melhora de 11,4 pontos percentuais na margem bruta.

Porém, para suportar o crescimento, tivemos um aumento significativo também nas estruturas centralizadas da Escola Mais, onde ocorre o atendimento às famílias e a produção do conteúdo, e na estrutura de *holding*. Ao mesmo tempo, as reestruturações que fizemos em algumas escolas premium geraram um impacto significativo de despesas não recorrentes com rescisões, multas de devolução de imóveis e baixas contábeis de imobilizado. Com isso, a margem do resultado operacional antes de resultado financeiro ficou 9,1 pp pior do que no ano anterior.

As despesas financeiras tiveram uma alta de 104,3% em relação ao ano anterior, impactadas pelo aumento da taxa de juros básica da economia, pela expansão da Escola Mais com o aumento de contratos de aluguéis impactados pela contabilização IFRS-16 e por um aumento do preço de aquisição pago pela Escola Parque em relação ao que estava projetado – o preço era variável em função do resultado operacional da escola em 2021.

Todos esses efeitos levaram a um aumento do prejuízo em 196,9% no ano de 2022, para um total de R\$114,1 milhões, sendo R\$4,6 milhões atribuídos aos acionistas minoritários das escolas em que temos sócios.

## **2.2 Os diretores devem comentar:**

- a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados operacionais da Companhia são diretamente impactados pelo número de estudantes matriculados em uma primeira análise, e pelo nível de ocupação de turmas abertas em uma segunda. Ou seja, o total de estudantes é relevante para diluir despesas fixas, como remuneração de equipes de coordenação, direção, *holding* e de aluguéis, enquanto o percentual de ocupação das turmas abertas impacta diretamente na margem bruta, já que o custo de uma turma é quase o mesmo, tenha a turma 1 ou 30 estudantes matriculados.

Os ganhos de eficiência também podem ser obtidos otimizando as aulas fora de sala de aula dos professores. Muitas vezes as escolas montam suas grades horárias com muitas “janelas”, horas em que o professor fica disponível e é remunerado, mas não tem nenhuma aula na sua grade.

Em 2022, os fatores que mais afetaram o resultado foram uma base de estudantes no começo do ano cerca de 100 estudantes abaixo do que estávamos projetando quando montamos o orçamento e definimos os números de turmas, em dezembro de 2021. Com isso, as turmas ficaram com uma ocupação ligeiramente abaixo do ideal e o impacto negativo na receita em relação ao orçado afeta diretamente o resultado operacional.

Também em 2022 tivemos uma retomada das matrículas em atividades complementares ao currículo regular, as chamadas receitas extras. Isso impacta positivamente a receita da Companhia, porém a margem bruta dessas atividades é menor do que a margem do currículo regular, causando um pequeno efeito dilutivo na margem percentual.

Por fim, ao final de 2021 tomamos a decisão de realizar alguns movimentos estratégicos importantes nas nossas escolas, concentrando a operação de duas unidades da Escola da Vila em uma nova sede no Butantã e transferindo o ensino médio da Escola Viva para a unidade em que o ensino fundamental já operava. Isso causou uma série de despesas não recorrentes de rescisões trabalhistas, multas de devolução de imóveis e baixa de ativos imobilizados nas unidades que foram devolvidas.

**b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

No ano de 2022, a receita líquida da Companhia continuou refletindo o crescimento do projeto. Houve um crescimento de 21,4% em relação ao ano anterior na visão proforma (considerando as mesmas escolas), reflexo da resiliência e capacidade de repasse de preços do setor, com um reajuste médio de mensalidades de aproximadamente 10%. Também é resultado da reabertura completa das escolas depois de dois anos de pandemia, em que níveis de desconto aumentaram e as receitas extras curriculares ficaram próximas de zero – só a volta das receitas extras significou um impacto de aproximadamente 5 pp no crescimento da receita. Por último, reflete também o crescimento acelerado da Escola Mais, que passou de pouco mais de 200 estudantes ao final de 2019 para terminar 2022 com mais de 3 mil, e da aquisição das escolas Dual, que refletiu em um aumento do número de estudantes médio das escolas premium no ano (+4,4%).

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

O principal componente de custo da Companhia, a folha salarial de professores, é reajustada de acordo com os dissídios da categoria. No último ano as folhas de todas as escolas foram reajustadas em linha com a inflação do período. O outro componente importante de despesas é o valor dos aluguéis dos prédios em que as escolas operam, que também tem contratos indexados aos índices de inflação – IPCA, IGPM ou uma composição destes índices. Como os reajustes de mensalidade aconteceram também em linha com a inflação, não houve impacto nos resultados operacionais das escolas.

Porém, no resultado financeiro, o aumento da taxa básica de juros, que serve como indexador para 83,6% do total de dívidas bancárias em aberto, gerou um impacto significativo em um momento em que a Companhia aumentou seu endividamento bancário em substituição ao pagamento das dívidas de aquisição. Os juros e encargos sobre empréstimos passaram de R\$6,3 milhões em 2021 para R\$24,3 milhões.

### **2.3 Os diretores devem comentar:**

#### **a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

A Companhia adquiriu investimentos em controladas e coligadas no segmento de educação básica, e a partir de 2017, passou a divulgar demonstrações financeiras consolidadas, dessa forma algumas novas práticas contábeis foram estabelecidas para os exercícios a partir de 2017. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* – IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A partir de 2019 a Companhia passou a aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS-16 e, com isso, a identificar os arrendamentos no balanço patrimonial.

Com a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS-16 em 2019, a Companhia passa a reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento relacionados ao arrendamento de imóveis onde estão localizadas as escolas e a sede financeira.

Em 2022 a diferença entre os valores efetivamente desembolsados pelos aluguéis e os valores contabilizados nos juros e amortização dos contratos foi bastante relevante. As despesas de amortização e juros trazidos a valor presente dos contratos de aluguéis somaram R\$39,8 milhões, enquanto os valores efetivamente pagos foram de R\$30,1 milhões.

#### **b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não existem ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores.

### **2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia tomou a decisão de segmentar sua operação em duas vertentes ao final de 2022: (i) escolas premium, com marcas locais e projetos pedagógicos independentes, normalmente com muitos anos de história, qualidade reconhecida e um valor de anuidade entre os mais altos das suas regiões e (ii) Escola Mais, marca única, com produção de projeto pedagógico e conteúdo centralizada, modelo escalável, focada no crescimento acelerado via abertura de novas unidades.

A decisão de segmentar essas duas vertentes se deu em função da natureza operacional bastante distinta entre elas. Apesar do foco em qualidade ser compartilhado, já que faz parte

da missão da Companhia, as escolas premium funcionam de forma muito mais descentralizada e possuem um modelo de negócios mais estável e já gerador de caixa. Já a Escola Mais possui uma estrutura central e de produção de conteúdo centralizada e está numa fase de investimento e maturação, ainda consumindo caixa operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Entre 2022 a Companhia descontinuou a Bahema Meimei, *joint venture* que possuía com uma escola do Rio de Janeiro para operar uma unidade de educação infantil no bairro do Jardim Botânico. As cotas foram vendidas ao antigo sócio por R\$1,00, gerando uma perda de R\$3,2 milhões no resultado do ano. A decisão foi motivada pelo não atingimento das metas de crescimento esperadas e pelo foco em outras operações mais relevantes para a Companhia.

Em 2022 também foi realizada a aquisição do cursinho Intergraus, localizado em São Paulo. O valor de aquisição foi abaixo de R\$1,0 milhão, parcelado em 60 meses, porém já eram esperadas despesas relevantes para reestruturar a operação. Essa operação gerou um prejuízo operacional de R\$5,3 milhões no ano, porém é esperado que em 2023 seja marginalmente positivo dado as medidas tomadas. O principal objetivo da aquisição era fortalecer a qualidade e a oferta das escolas premium da Companhia, adicionando um elemento de aprovação em vestibulares ao ensino médio.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais no último ano.

**2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a) informar o valor das medições não contábeis**

A Companhia informou no seu relatório anual de resultados os resultados operacionais de cada um dos seus segmentos, antes das despesas de holding. As escolas premium apresentaram um resultado operacional de R\$59,6 milhões, enquanto a Escola Mais apresentou um prejuízo operacional de R\$19,5 milhões. Ao se considerar os valores de aluguel caixa pagos ao longo do ano, os respectivos resultados foram de R\$35,2 milhões e um prejuízo de R\$25,3 milhões.

**b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

Ver anexo A ao final deste documento.

**c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia possui dois segmentos em momentos e com características operacionais bastante distintas. No caso da Escola Mais, a margem bruta positiva indica a viabilidade da operação em cada unidade, porém o prejuízo de 2022 reflete um modelo de negócios que precisa de escala para ser rentável devido aos custos de produção de conteúdo e atendimento centralizados. Já para as escolas premium, o prejuízo ocorre em função de efeitos contábeis não-caixa ou não recorrentes resultantes do modelo de crescimento via aquisições, do processo de integração que vem ocorrendo e se acelerou ao longo dos últimos dois anos, dos custos de uma holding projetada para mais aquisições e de uma estrutura de capital alavancada em um momento de taxa de juros alta. Porém, a Companhia entende que é necessário e ajuda o investidor a compreender melhor o valor dos seus ativos, mostrar que as escolas premium possuem um resultado operacional positivo e com geração de caixa.

**2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.**

Não aconteceram eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 2022 que as alterem substancialmente.

**2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

- a) regras sobre retenção de lucros
- b) regras sobre distribuição de dividendos
- c) periodicidade das distribuições de dividendos
- d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
- e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	2022
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê que um valor não superior a 71,25% do lucro líquido anual seja destinado para a Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio.

	2022
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve lucros em 2022.
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve lucros em 2022.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404/76.</p> <p>O estatuto social não permite emissão de ações preferenciais, portanto não há possibilidade de pagamento diferenciado de dividendos.</p>
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Anual e Intermediários
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado.
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iii. contratos de construção não terminada iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

*i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

*ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades. A Companhia possui carteira de recebíveis baixadas em atraso pela prestação de serviços educacionais que podem vir a ser recuperados no futuro, gerando uma receita extraordinária, porém os valores não são relevantes.

*iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

*iv. contratos de construção não terminada*

A Companhia não possui contratos relevantes de construção não evidenciados nas demonstrações financeiras.

*v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos: a. investimentos, incluindo:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia continuou com seu plano de atualização e modernização das suas unidades escolares e da melhoria na infraestrutura de TI e softwares para as escolas premium ao longo de 2022 e realizou um plano relevante de investimentos na virada para 2023, totalizando um ciclo de capex de pouco mais de R\$21 milhões. Os maiores esforços foram feitos na unidade Dual Blumenau, na qual fizemos uma obra importante de revitalização do espaço que consumiu R\$2 milhões, e no Colégio Apoio, no Recife, em que fizemos a abertura de uma nova unidade para receber a expansão para o ensino médio. Este último foi o investimento de maior porte que fizemos, com a reforma de uma casa, aquisição de um terreno para a construção da quadra esportiva e a construção de um prédio no mesmo local, somando pouco mais de R\$10,0 milhões investidos. Ao final de 2022, aproximadamente 20% desse valor havia sido desembolsado, com o restante previsto para ocorrer ao longo do primeiro semestre de 2023. Para o novo ciclo de capex, que se inicia em outubro de 2023, esperamos uma redução do valor total a ser investido para aproximadamente R\$10,0 milhões, disperso entre as unidades escolares, TI e softwares.

Já na Escola Mais, houve uma demanda menor de investimentos já que fizemos em 2023 a abertura de apenas uma nova unidade, no bairro do Ipiranga em São Paulo, e que foi construída sob o modelo *built to suit*, ou seja, o proprietário do imóvel arcou com os custos da reforma e inseriu o custo financeiro no valor do aluguel em um contrato de 13 anos. A Escola Mais manteve em 2022 seu investimento em desenvolvimento de software e conteúdo, que somou aproximadamente R\$8,4 milhões. Para 2023, a expectativa é de uma redução de aproximadamente 30% desse valor.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos foram financiados tanto pela geração própria operacional de caixa das escolas como por novas dívidas bancárias tomadas ao longo do ano.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Conforme informado no item 2.1 b), a Companhia está trabalhando em uma frente de venda de ativos operacionais, por meio de operações de *sale & leaseback* por exemplo, e não operacionais. Ainda não há nenhum documento vinculante assinado para qualquer operação, mas temos expectativa de arrecadar entre R\$15-20 milhões com a venda de imóveis, que gerariam um ganho de capital imediato e uma redução nos níveis de alavancagem, em contrapartida a uma piora no resultado operacional futuro decorrente dos contratos de aluguel que seriam contrapartida das operações. O principal imóvel da Companhia fica em Florianópolis e é a sede da Escola Autonomia, com um valor de mercado aproximado de R\$15 milhões.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento já divulgadas.

**(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Ver comentário no item 2.10. a) acima.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Ver comentário no item 2.10. a) acima.

**(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Ver comentário no item 2.10. a) acima.

**d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O objeto social da Companhia está intimamente ligado ao objetivo de desenvolvimento sustentável formulado pela Organização das Nações Unidas referente à educação de

qualidade e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, de forma inclusiva e com qualidade.

Além disso, entendemos que há oportunidades de negócio relacionadas a questões ASG em dois âmbitos para a Companhia. Do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, todas as escolas possuem o assunto dentro dos seus currículos e estão buscando alternativas para se tornarem carbono neutras, o que abre a possibilidade de economias em contas de utilidades (água e luz). Já do ponto de vista da responsabilidade social, a Companhia é, desde 2022, a Associada Fundadora do Instituto Fandoca, associação sem fins lucrativos que visa dar suporte com custos acessórios para bolsistas nas escolas da Companhia. Além dos ganhos pedagógicos decorrentes de um ambiente escolar mais diverso, existe a possibilidade de ganhos financeiros efetivos, como já ocorre no Rio de Janeiro: ao abrir bolsas no ensino médio para estudantes advindos de escolas públicas, a Prefeitura criou um incentivo financeiro de redução da alíquota efetiva de ISS, de 5% para 2%. Atualmente são mais de 80 bolsistas nessas condições.

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

A Companhia entende que todos os fatores que explicam o desempenho operacional foram devidamente identificados e comentados nos demais itens desta seção.

**Anexo A – Conciliações de resultado contábil e gerencial**

Escolas Premium	DRE Gerencial	Depreciação e amortização	Holding Teia	Receitas Extras	Intergraus	Não Recorrentes	Societário
Receita líquida	305.067	0	(813)	1.661	(4.082)	0	308.301
Custos	(181.532)	0	547	0	5.190	942	(188.212)
<b>Lucro bruto</b>	<b>123.535</b>	<b>0</b>	<b>(266)</b>	<b>1.661</b>	<b>1.108</b>	<b>942</b>	<b>120.089</b>
% da RL	40,5%	0,0%	32,7%	100,0%	NA	0,0%	39,0%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>							
Administrativas e gerais	(33.101)	23.326	7.217	0	1.597	5.016	(70.257)
Despesas com Ocupação	0	0	0	0	0	0	0
Despesas com pessoal	(28.454)	0	13.781	0	2.291	1.048	(45.574)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.876)	0	0	0	0	0	(4.876)
Outras receitas operacionais	6.599	0	(70)	(1.661)	(168)	0	8.498
Outras despesas operacionais	(9.619)	0	150	0	1.142	12.204	(23.115)
Resultado de equivalência patrimonial	(35)	0	0	0	0	0	(35)
<b>Resultado Operacional IFRS-16</b>	<b>54.048</b>	<b>23.326</b>	<b>20.811</b>	<b>0</b>	<b>5.970</b>	<b>19.211</b>	<b>(15.270)</b>
% da RL	17,7%	0,0%	NA	0,0%	NA	0,0%	NA
Aluguel Caixa	(24.355)	0	161	0	403	0	(24.919)
<b>Resultado Operacional ex IFRS-16</b>	<b>29.694</b>	<b>23.326</b>	<b>20.972</b>	<b>0</b>	<b>6.373</b>	<b>19.211</b>	<b>(40.189)</b>
% da RL	9,7%	0,0%	NA	0,0%	NA	0,0%	NA
<b>Resultado financeiro</b>							
Depreciação e Amortização	(23.134)	(23.326)	192	0	0	0	0
Receitas financeiras	6.855	0	0	0	(21)	0	6.876
Despesas financeiras	(54.293)	0	59	0	190	0	(54.542)
Aluguel Caixa	24.355	0	(161)	0	(403)	0	24.919
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(16.524)</b>	<b>0</b>	<b>21.063</b>	<b>0</b>	<b>6.139</b>	<b>19.211</b>	<b>(62.936)</b>
% da RL	NA	0,0%	NA	0,0%	NA	0,0%	NA
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>							
Correntes	(5.122)	0	0	0	0	0	(5.122)
Diferido	(5.525)	0	0	0	0	0	(5.525)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(27.171)</b>	<b>0</b>	<b>21.063</b>	<b>0</b>	<b>6.139</b>	<b>19.211</b>	<b>(73.583)</b>
% da RL	NA	0,0%	NA	0,0%	NA	0,0%	NA

Não Recorrentes	Valores
Rescisões / Multas	(2.047)
Stock Option	(652)
Consultoria de Projetos	(1.685)
Processos Judiciais	(2.478)
Baixa de Ativos / Impairment	(9.020)
Descontinuidade de Operação	(3.184)
Outros	(144)
<b>Total</b>	<b>(19.211)</b>



Escola Mais	DRE Gerencial	Depreciação e amortização	Não Recorrentes <sup>1</sup>	Contábil
Receita líquida	48.821	0	0	48.821
Custos	(25.183)	0	0	(25.183)
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.638</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23.638</b>
<b>% da RL</b>	<b>48,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>48,4%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	
Administrativas e gerais	(34.929)	0	558	(35.487)
Despesas com Ocupação	0	0	0	0
Despesas com pessoal	(18.571)	0	0	(18.571)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.351)	0	0	(2.351)
Outras receitas operacionais	55	0	0	55
Outras despesas operacionais	(35)	0	0	(35)
Resultado de equivalência patrimonial	0	0		0
<b>Resultado Operacional IFRS-16</b>	<b>(32.193)</b>	<b>0</b>	<b>558</b>	<b>(32.751)</b>
<b>% da RL</b>	<b>NA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>NA</b>
Aluguel Caixa	(5.763)	0	0	(5.763)
<b>Resultado Operacional ex IFRS-16</b>	<b>(37.956)</b>	<b>0</b>	<b>558</b>	<b>(38.514)</b>
<b>% da RL</b>	<b>NA</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>NA</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Depreciação e Amortização	0	0		0
Receitas financeiras	1.300	0	0	1.300
Despesas financeiras	(9.034)	0		(9.034)
Aluguel Caixa	5.763	0		5.763
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(39.927)</b>	<b>0</b>	<b>558</b>	<b>(40.485)</b>
<b>% da RL</b>	<b>NA</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>NA</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Correntes	0	0		0
Diferido	0	0		0
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(39.927)</b>	<b>0</b>	<b>558</b>	<b>(40.485)</b>
<b>% da RL</b>	<b>NA</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>NA</b>

<sup>1</sup> tarifa de intermediação de dívida incentivada

**ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES  
(ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME RESOLUÇÃO CVM 80/2022)**

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Assegurar uma remuneração total em linha com a média do mercado, em empresas de atividade e porte semelhantes, com um plano de incentivos de longo prazo que possa assegurar a permanência dos administradores e colaboradores.

Para isso, a Companhia conta com um comitê de pessoas e cultura, conforme regimento interno de comitês do conselho de administração revisado em 02 de outubro de 2020, que coordena os planos de remuneração e apresenta para aprovação pelo Conselho da Companhia. Apesar da Companhia ainda não possuir uma política de remuneração formalizada, faz parte das atribuições deste comitê assessorar o conselho em planos de remuneração fixa e variável, bem como planos de incentivo de longo prazo.

Atualmente está em vigor um Plano de Opções, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 em substituição ao plano aprovado em 02 de outubro de 2017, alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019.

**b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

O comitê de pessoas e cultura é responsável por preparar uma proposta de remuneração e incentivos de longo prazo para os membros da administração e apresentar ao Conselho de Administração da Companhia para aprovação final. A diretoria é responsável pela medição e acompanhamento de eventuais metas globais e individuais definidas para os administradores.

**ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

É feito um estudo com abrangência limitada, usando informações públicas, para comparação da remuneração dos administradores com a média de mercado. O comitê de pessoas e cultura desenha um plano que inclua uma remuneração fixa em linha com o mercado, mas que seja atrativo por uma remuneração via incentivos de longo prazo.

**iii.com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração avalia trimestralmente, por meio de relatórios passados pelo comitê de pessoas e cultura, a adequação da remuneração dos administradores da Companhia. O comitê de pessoas e cultura se reúne no mínimo trimestralmente para avaliar o organograma da Companhia, a entrega e a motivação dos seus administradores, discutindo a necessidade de novas contratações, promoções, substituições, nível de remuneração e formas de criar incentivos de longo prazo que garantam a permanência de pessoas chave na Companhia.

**c) composição da remuneração, indicando:**

*i.* descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;

A remuneração fixa serve como um alinhamento de curto prazo com os executivos, os atraindo para a Companhia. Já a remuneração variável, atrelada ao Plano de Outorga de Ações, serve para alinhar os interesses no longo prazo, obrigatoriamente contando com um período de carência (*vesting*) para o exercício das opções, incentivando o beneficiário a permanecer na Companhia por um longo tempo e em buscar a valorização da ação nesse mesmo período.

**1) Conselho de Administração**

Por decisão tomada em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de outubro de 2017, atualmente nenhum membro do Conselho de Administração recebe qualquer tipo de remuneração da Companhia.

**2) Diretoria**

A remuneração é composta por uma parcela fixa e por incentivos de longo prazo. A parcela fixa é paga na forma de pró-labore mensal, totalizando doze pagamentos por ano, com reajustes eventuais para adequar a remuneração ao porte da empresa. Para 2020 e 2021 o comitê de pessoas e cultura recomendou, e a Companhia adotou, a prática não se pagar remuneração variável para os administradores, com foco exclusivo no plano de incentivos de longo prazo. A Companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017 a instituição de um Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”), que foi alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019. Em 2019 foram

outorgadas 70.000 (setenta mil) opções (350.000 opções após o desdobramento de agosto de 2021) com preço de exercício entre R\$ 32,20 (trinta e dois reais e vinte centavos) e R\$ 35,82 (trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e períodos de carência até maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022,  $\frac{1}{3}$  a cada ano, sendo que o primeiro terço já foi integralmente exercido, com os valores pagos e as ações emitidas para os diretores, totalizando 23.100 (115.500 ações após desdobramento de agosto de 2021) ações emitidas em 2020, mais 115.500 ações em 2021 e 119.000 ações em 2022. Os membros da diretoria fazem jus, ainda, ao pagamento de plano de saúde e possuem bolsas integrais nas escolas do grupo para seus filhos. Adicionalmente, conforme o Programa de Outorga de Ações para o exercício de 2022, aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de junho de 2022 (“Programa 2022”), que traz um incentivo para que os diretores direcionem os valores recebidos a título de remuneração variável para comprar ações da Companhia, foram emitidas 92.659 ações no valor de R\$ 16,74 para cada ação da Companhia emitida no âmbito do Programa. As ações adquiridas no âmbito do Programa 2022 darão direito a ações de matching, observadas as condições estabelecidas no Programa 2022, dentre elas o prazo de carência de 3 anos em que o participante deverá permanecer como profissional-chave da Companhia ou de suas controladas, bem como observar, pelo mesmo prazo, as regras de lock-up. A quantidade máxima de ações de matching a serem emitidas no âmbito do Programa 2022, caso cumpridas todas as condições para todas as ações emitidas será de 413.220 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, decorrido o prazo de 3 anos de carência.

### **3) Conselho Fiscal**

Não há Conselho Fiscal instalado.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Em 2020 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 37% da remuneração total. Os outros 63% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas.

Em 2021 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 60% da remuneração total. Os outros 40% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções outorgadas.

Em 2022 a remuneração fixa, acrescida de encargos e benefícios, somou 84% da remuneração total. Os outros 16% da remuneração se referem a despesas incorridas de opções e ações outorgadas.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A determinação dos valores do pró-labore fixo mensal dos administradores é feita no âmbito do Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, limitada a remuneração ao montante global aprovado pela Assembleia Geral, visando ser compatível com os valores praticados no mercado pelas empresas de atividade e porte semelhantes. Ao longo do tempo,

os Diretores poderão fazer jus a aumentos reais por mérito ou por adequação ao novo porte da Companhia. Em relação à parcela da remuneração variável proporcionada pelo Plano de Opções, é decorrente das premissas previamente estabelecidas pelo Conselho de Administração, em linha com as recomendações do comitê de pessoas e cultura, nos termos do Anexo 8 da Instrução CVM 81/22 e do Regulamento do Plano de Outorga de Ações.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores e metas que nortearão a remuneração variável e a outorga de opções conforme o Plano de Outorga de Ações em vigor serão determinados anualmente pelo Conselho de Administração, com auxílio do comitê de pessoas e cultura, conforme detalhado no Regulamento do Plano. Mas deverão levar em conta a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, além de metas individuais definidas de acordo com o objetivo de cada área da Companhia.

A partir de discussões entre a diretoria e o comitê de pessoas e cultura se cria uma meta global da Companhia, sempre atrelada a geração de caixa operacional (EBITDA) das controladas e da controladora, que vai servir como um gatilho para a remuneração variável os planos de incentivo de longo prazo. A partir disso, metas individuais são traçadas para cada executivo, levando em consideração aspectos qualitativos e quantitativos. O acompanhamento constante do atingimento dessas metas é feito individualmente e no final do período de avaliação se dá uma nota individual com base nos resultados atingidos e que, em composição com a meta global, vai definir o benefício de cada executivo.

#### ***ii. razões que justificam a composição da remuneração***

Nos últimos anos a Companhia começou um novo ciclo de investimentos em educação, concretizado nas participações adquiridas em escolas conforme diversos anúncios ao mercado. Estes investimentos têm objetivos de retorno de longo prazo. Sendo assim, os retornos esperados ainda não se materializaram, por isso não faria sentido uma remuneração variável para os administradores. Por outro lado, o alinhamento dos incentivos com os acionistas se dá via programas de longo prazo, como opções de ações que devem ser outorgadas conforme o Plano de Outorga de Ações já aprovado.

A remuneração fixa deve estar em linha com o mercado para empresas de porte e setor semelhantes. Com as aquisições, a complexidade das operações cresceu e houve a necessidade de reajustar os pró-labores e contratar novos diretores.

#### ***iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato***

Atualmente os 8 membros titulares do Conselho de Administração decidiram renunciar ao direito de receber qualquer remuneração fixa pelo seu trabalho. Os conselheiros entendem que são acionistas ou representantes diretos dos acionistas da Companhia, e por isso devem se

remunerar pela valorização de suas ações. Além disso, a Companhia ainda está em um ciclo de investimentos, com aquisições recentes de escolas, e deve se consolidar e crescer antes de remunerar seus conselheiros.

**d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A remuneração dos membros da Diretoria é integralmente paga pela Companhia.

**e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há.

**8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Exercício social de 2023 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	4	0	12
Número de membros remunerados	0	4	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	0,00	1.460.000,00		1.460.000,00
- Salário ou pró-labore	0,00	1.400.000,00		1.400.000,00
- Benefícios diretos e indiretos		60.000,00		60.000,00
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>		500.000,00		500.000,00
- Bônus		500.000,00		500.000,00
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>		1.800.000,00		1.800.000,00
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.760.000,00		3.760.000,00



Exercício social de 2022	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	4	0	12
Número de membros remunerados	0	4	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	0,00	1.902.937,98		1.902.937,98
- Salário ou pró-labore	0,00	1.853.953,36		1.853.953,36
- Benefícios diretos e indiretos		48.984,62		48.984,62
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>		95.130,00		95.130,00
- Bônus		95.130,00		95.130,00
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>		765.881,35		765.881,35
<b>Total da remuneração</b>	0,00	2.763.949,33		2.763.949,33

Exercício social de 2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	8	4	0	12
Número de membros remunerados	0	4	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	0,00	1.712.737,20		1.712.737,20
- Salário ou pró-labore	0,00	1.680.000,00		1.680.000,00
- Benefícios diretos e indiretos		32.737,20		32.737,20
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				

Exercício social de 2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
<b>Baseada em ações</b>		1.125.270,88		1.125.270,88
<b>Total da remuneração</b>	0,00	2.838.008,08		2.838.008,08

Exercício social de 2020	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número de membros	7,25	3,67	0	10,92
Número de membros remunerados	0	3,67	0	3,67
<b>Remuneração fixa anual</b>	0,00	1.526.795,30		1.526.795,30
- Salário ou pró-labore	0,00	1.480.000,00		1.480.000,00
- Benefícios diretos e indiretos		46.795,30		46.795,30
- Participações em comitês				
- Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
- Bônus				
- Participação nos resultados				
- Participação em reuniões				
- Comissões				
- Outros				
<b>Pós-emprego</b>				
<b>Cessação do cargo</b>				
<b>Baseada em ações</b>		2.565.496,48		2.565.496,48
<b>Total da remuneração</b>	0,00	4.092.291,78		4.092.291,78

### 8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A Diretoria teve remuneração variável somente em 2022. Não há remuneração para o Conselho de Administração e não há Conselho Fiscal instalado. Veja item 8.2.

Importante ressaltar que o Plano de Outorga de Ações da Companhia, aprovado cria o incentivo para que os diretores direcionem os valores recebidos para comprar ações da Companhia.

### 8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrevendo:

- a) termos e condições gerais

A Companhia conta atualmente com um Plano de Outorga de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 (“Plano 2022”).

Cópias do Plano 2022 podem ser obtidas na CVM e no site da Companhia <https://www.bahema.com.br/informacoes-para-investidores/documentos-entregues-a-cvm/plano-de-remuneracao-baseado-em-acoas/>

**b) data de aprovação e órgão responsável**

Vide item “a” acima.

**c) número máximo de ações abrangidas**

Para o Plano 2022, as ações de emissão da Companhia outorgadas nos termos do Plano 2022, compreendendo as ações próprias e as ações de matching não excederão 5% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano 2022. Se o número, espécie ou classe de ações existentes da Companhia for alterado como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou, ainda, conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração, conforme aplicável, avaliar a necessidade de ajustes, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e aos participantes.

**d) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano 2022.

**e) condições de aquisição de ações**

Para fazerem jus ao recebimento ou à aquisição das ações de matching, os participantes deverão investir recursos próprios na aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas, escriturais, com direito a voto, e sem valor nominal da Companhia (“Ações Próprias”), bem como (i) permanecer vinculados como administradores, com vínculo estatutário, ou executivos ou colaboradores sob regime CLT, com quaisquer das entidades do Grupo Bahema Educação, pelo prazo de 3 anos contados da data da aquisição ou subscrição das Ações Próprias, mantendo, neste período, sob sua titularidade as Ações Próprias, e (ii) observar todos os demais termos e condições do Plano 2022.

As hipóteses de desligamento do participante de quaisquer das entidades do Grupo Bahema Educação, por qualquer motivo, antes de transcorrido o prazo de carência do matching, são tratados no Plano 2022.

**f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

As Ações Próprias serão adquiridas pelos participantes pelo valor de aquisição / subscrição a ser definido anualmente pelo Conselho de Administração, com base em um dos seguintes critérios: (i) valor patrimonial; ou (ii) valor de mercado com base na média de um número pré-determinado de últimos pregões; (iii) valor apurado em laudo de avaliação nos termos do Art. 8º, § 1º da LSA; ou (iv) valor do último aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, neste último caso, observado o limite do capital autorizado.

Já as Ações de Matching poderão ser dadas a título gratuito ou a valor a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

**g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

Não haverá prazo de exercício, uma vez que não serão outorgadas opções.

**h) forma de liquidação**

Conforme informado acima, não serão outorgadas opções no âmbito do Plano 2022.

Assim, cumpridas as condições previstas acima, a Companhia transferirá as ações de matching por meio de operação privada, para o nome dos participantes, dentro do prazo de até 60 dias contados do término do prazo de carência do matching, observado que a Companhia arcará com eventuais custos operacionais junto ao agente escriturador para a transferência de tais ações de matching.

**i) restrições à transferência das ações**

Vide item “e” acima.

**j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano 2022 entrará em vigor na data de sua aprovação e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Na hipótese de a Companhia se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, caberá ao Conselho de Administração avaliar (a) a manutenção das ações de matching que ainda estiverem sujeitas ao prazo de carência do matching; (b) a substituição das ações de matching da Companhia por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da companhia; ou (c) a antecipação do

prazo de carência do matching, de forma a assegurar a inclusão das ações de matching na operação em questão.

**k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O item 6 do Plano 2022 traz as regras para os casos de desligamento do administrador, que podem variar dependendo do motivo do desligamento.

**8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão, b. número total de membros, c. número de membros remunerados, d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: i. em aberto no início do exercício social, ii. perdidas e expiradas durante o exercício social, iii. exercidas durante o exercício social, e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto"**

Veja item 8.8.

**8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Em 2023 não há opções exercíveis. Veja item 8.8.

**8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela: a. órgão, b. número total de membros, c. número de membros remunerados, d. em relação às opções ainda não exercíveis, i. quantidade, ii. data em que se tornarão exercíveis, iii. prazo máximo para exercício das opções, iv. prazo de restrição à transferência das ações, v. preço médio ponderado de exercício, vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**

Não havia opções exercíveis em aberto em 31 de dezembro de 2021 e de 2022. Em 2023 não há opções exercíveis.

**8.8 Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

<b>Exercício Social 2022</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	8	4



<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3
<b>Opções Exercidas</b>		
<b>Número de ações</b>		119.000
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		R\$6,75
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$743.716,00

Valor considerando o fechamento de R\$13,00 em 29/12/2022.

<b>Exercício Social 2021</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	8	4
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3
<b>Opções Exercidas</b>		
<b>Número de ações</b>		115.500
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>		R\$6,75
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$935.550,00

<sup>1</sup> Valor considerando o fechamento de R\$14,85 em 30/12/2021.

<b>Exercício Social 2020</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	7,25	3,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3
<b>Opções Exercidas</b>		
<b>Número de ações</b>		23.100
<b>Preço médio ponderado</b>		R\$33,75
<b>Dif. p/ valor de mercado<sup>2</sup></b>		R\$1.217.799,00

<sup>2</sup> Valor considerando o fechamento de R\$86,47 em 30/12/2020.

**8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

<b>Exercício Social 2022</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	7,25	3,67
<b>Nº de membros remunerados</b>	0	3
<b>Data de Outorga</b>		
<b>quantidade de ações outorgadas</b>		275.134
<b>prazo máximo para entrega das ações</b>		3 anos
<b>prazo de restrição à transferência das ações</b>		3 anos
<b>valor justo das ações na data da outorga</b>		R\$16,74
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga</b>		R\$1.390.642,02

**8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não há.

**8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. órgão, b. número total de membros , c. número de membros remunerados, d. número de ações, e. preço médio ponderado de aquisição, f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

**a) modelo de precificação**

As opções outorgadas foram precificadas com base no modelo “Black & Scholes”.

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

	1º programa A			1º programa B		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 1	Lote 2	Lote 3
<b>Preço de exercício <sup>1</sup></b>	32,20	32,20	32,20	35,82	35,82	35,82
<b>Preço da ação na outorga <sup>1</sup></b>	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17	121,17
<b>Volatilidade esperada</b>	52,74%	52,74%	53,30%	52,74%	52,74%	53,30%
<b>Rendimento de dividendos</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Prazo de vida da opção</b>	13 meses	25 meses	37 meses	13 meses	25 meses	37 meses
<b>Taxa de juros anual livre de risco</b>	7,42%	7,42%	7,93%	7,42%	7,42%	7,93%

<sup>1</sup> preços com base na data de outorga. Desde então ocorreu um desdobramento de 1 para 5 ações, logo os preços devem ser divididos por 5 para serem comparáveis com os preços atuais de mercado.

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável, as opções não podem ser exercidas antecipadamente.

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Para os lotes 1 e 2 de ambos os programas, a volatilidade esperada se baseou no desvio padrão dos retornos da ação da Companhia entre maio de 2017 e maio de 2019. Para o lote 3 de ambos os programas, o período buscado foi de maio de 2016 a maio de 2019.

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Órgão	Ações/cotas detidas	Debêntures Conversíveis
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	1.073.564	0
Conselho Fiscal	Não instalado	Não instalado

Posições em 31 de dezembro de 2022.

**8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável.

**8.15 Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
<b>Nº de membros</b>	3,67	4	4	7,25	8	8
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,67	4	4	0	0	0
<b>Maior remuneração (Reais)</b>	1.560.919,66	954.654,58	1.108.833,00	0,00	0,00	0,00
<b>Menor remuneração (Reais)</b>	400.000,00	600.000,00	471.319,25	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração média (Reais)</b>	1.115.065,88	709.502,02	690.987,33	0,00	0,00	0,00

**8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para o emissor)**

A Companhia não adota uma política específica que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria. Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para seus administradores, contratada pela Companhia, não oferece cobertura relacionada à demissão. Em vez disso, apenas oferece proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

**8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho**

**fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

2022 – 2 membros da diretoria eram parte relacionada ao controlador e o percentual da remuneração foi de 58,0%.

2021 - 2 membros da diretoria eram parte relacionada ao controlador e o percentual da remuneração foi de 43,5%.

2020 - Não aplicável, nenhum membro da Diretoria ou Conselho que foi remunerado é parte relacionada ao controlador.

**8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

#### **2022**

<b>Órgão</b>	<b>Valor</b>
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$382.679,37
<b>Total</b>	<b>R\$382.679,37</b>

Em 2022 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$382.679,37 (trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos). Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

#### **2021**

<b>Órgão</b>	<b>Valor</b>
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$360.591,97
<b>Total</b>	<b>R\$360.591,97</b>

Em 2021 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$360.591,97 (. Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

#### **2020**

Órgão	Valor
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria Estatutária	R\$221.294,76
<b>Total</b>	<b>R\$221.294,76</b>

Em 2020 foram realizados pagamentos mensais como remuneração por avais dados em dívidas da Companhia que totalizaram R\$221.294,76. Os valores foram pagos a dois diretores estatutários que são devedores solidários em diversos contratos de mútuos da Companhia, e a remuneração é equivalente a 0,50% ao ano sobre o valor garantido para cada avalista.

**8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não houve nos últimos três exercícios sociais.

**8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.